

DOSSIÊ

SISTEMAS DE CRISES E DE CONFLITOS NO SAHEL CENTRAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL E MULTIESCALAR

*CRISIS AND CONFLICT SYSTEMS
IN THE CENTRAL SAHEL:
A MULTIDIMENSIONAL AND
MULTI-SCALAR ANALYSIS*

Frédéric Monié* 

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia,
Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
E-mail: fredericmonie@igeo.ufrj.br

RESUMO

Desde 2010, observamos uma degradação da situação securitária em Mali, Burkina Faso e Níger. Insurgências jihadistas e separatistas, violências intercomunitárias, criminalidade, brutalidade das forças armadas, golpes de Estado, violações dos direitos humanos participam de complexos conflituais que justificam uma abordagem multidimensional e multiescalar. Objetivamos analisar como sistemas de crises, complexos e evolutivos, dão origem a sistemas de conflitos que se regionalizam, formando estruturas espaciais reticulares transnacionais. A multiplicidade dos beligerantes, a ausência de reivindicações, a fluidez das práticas espaciais dos insurgentes e a descontinuidade temporal das operações desenham um cenário onde células das franquias do jihadismo global se beneficiam da vulnerabilidade e das frustrações da juventude. Nossa abordagem aponta que o tripé soberania/território nacional/povo, adequado a um sistema internacional bipolar estruturado por interações verticais e uma lógica centro/periferia, não é um recurso analítico plenamente relevante no estudo da conflitualidade saheliana. Num mundo apolar que desverticaliza as relações internacionais, devemos considerar as dinâmicas horizontais da violência política, assim como a subjetividade dos atores que coloca em xeque políticas e instrumentos tradicionais da potência.

Palavras-chaves: Conflitualidade; Sistemas de Crises; Sistemas Regionais de Conflitos; Sahel Central; África Subsaariana

ABSTRACT

Since 2010, we have observed a deterioration in the security situation in Mali, Burkina Faso and Niger. Jihadist and separatist insurgencies, intercommunal violence, criminality, brutality of the armed forces, coups d'état and human rights violations are part of conflict complexes that justify a multidimensional and multi-scalar approach. Our aim is to analyze how complex and evolving crisis systems give rise to conflict systems that become regionalized, forming transnational reticular spatial structures. The multiplicity of belligerents, the absence of demands, the fluidity of the spatial practices of the insurgents and the temporal discontinuity of operations paints a scenario in which cells of the franchises of global jihadism benefit from the vulnerability and frustrations of young people. Our approach suggests that the sovereignty/national territory/people tripod, appropriate for a bipolar international system structured by vertical interactions and a center/periphery logic, is not a fully relevant analytical resource in the study of Sahelian conflict. In a nonpolar world that deverticalizes international relations, we must consider the horizontal dynamics of political violence, as well as the subjectivity of actors who challenge traditional policies and instruments of power.

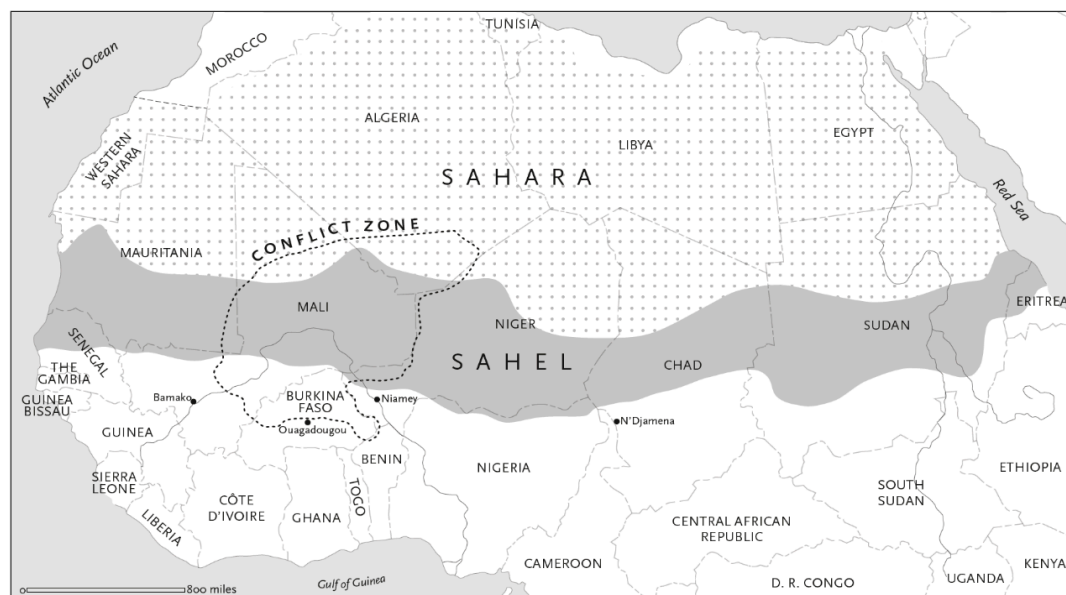
Keywords: Conflict; Crisis Systems; Regional Conflict Systems; Central Sahel; Sub-Saharan Africa

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 2010 assistimos a uma intensificação da violência política e a uma multiplicação dos conflitos armados na África subsaariana, enquanto seu número tende a regredir no resto do mundo. Podemos, também, observar mudanças na natureza e na magnitude desses conflitos. Nesse sentido, o Sahel Central, região formada pelo Mali, o Burkina Faso e o Níger (Mapa 1), figura hoje entre as mais conflagradas do continente e do sistema internacional. O baixíssimo nível de desenvolvimento humano, a recorrência de secas e crises humanitárias, a instabilidade política, a má governança, o controle precário dos Estados sobre os territórios nacionais, os impactos locais das mudanças climáticas globais, a predação econômica, as tensões históricas entre algumas comunidades, o ritmo ainda acelerado do crescimento demográfico, os deslocamentos maciços de população e a influência nociva de potências externas a região desenham um quadro a priori propenso ao acirramento de rivalidades preexistentes e ao surgimento e/ou à consolidação de conflitos diante dos quais as autoridades nacionais e locais se revelam globalmente desarmadas. .

Mapa 1 – Área com maior ocorrência de conflitos armados na região Saara/Sahel

Map of Sahara-Sahel, Showing 'Conflict Zone'



Fonte: Idrissa (2021).

Nesse cenário, a violência política reveste formas cada vez mais diversas: terrorismo jihadista, separatismos, conflitos intercomunitários e/ou interprofissionais, “guerra ao terror” vitimando populações civis, golpes de Estado, repressão das oposições políticas, criminalidade etc. Por sua parte, os conflitos armados são caracterizados por uma articulação complexa das escalas local, macrorregional e mundial e de elementos estruturais e conjunturais. As espacialidades e as temporalidades muito fluidas dos

conflitos, assim como a multiplicidade dos atores, cujos objetivos e reivindicações são frequentemente pouco decifráveis, conferem ainda mais complexidade e reticularidade à conflitualidade em curso no Sahel Central.

Diante das interações densas, tensas e múltiplas entre subsistemas e entre beligerantes, da articulação complexa das escalas geográficas, da multiplicação dos pontos de ruptura e episódios de desequilíbrio, do entrelaçamento das vulnerabilidades e das situações de risco, do caráter instável, fluido e descontínuo da conflitualidade, propomos esboçar aqui a definição das categorias analíticas *sistemas de crises* e *sistemas regionais de conflitos*, que consideramos relevantes para abordar a instabilidade geopolítica com instrumentos adequados a suas características regionais.

OS TRÊS CICLOS DA CONFLITUALIDADE ARMADA AFRICANA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Na segunda metade do século XX, as causas, manifestações e consequências dos conflitos armados evoluíram constantemente. Por isso, podemos, ao nosso ver, distinguir três ciclos de conflitualidade armada.

O ciclo da conflitualidade de libertação nacional

A Segunda Guerra Mundial sancionou o advento de uma nova ordem mundial dominada por duas megapotências, os Estados Unidos e a União Soviética, e marcou a emergência do Terceiro Mundo, cujos líderes lutavam em prol da descolonização, contra o racismo e a favor de uma nova ordem econômica mundial. Por sua parte, a tutela das potências coloniais europeias sobre seus impérios ultramarinos da Ásia, do Mundo Árabe e da África subsaariana, era cada vez mais contestada nas instâncias internacionais e pelos movimentos independentistas (VISENTINI; TEIXEIRA RIBEIRO; PEREIRA, 2014).

No continente africano, intelectuais como Kwamé N’Krumah, Patrice Lumumba, Amílcar Cabral, Léopold Sédar Senghor, Julius Nyerere, Jomo Kenyatta, Samora Machel e outros, construíam um cenário sociopolítico em prol da autodeterminação das colônias. Movimentos sociais e sindicatos também contestavam a ordem colonial (MAZRUI, 2010). Frente ao novo contexto, as potências europeias reagiram de acordo com as especificidades de cada modelo colonial. A Grã-Bretanha organizou uma transição globalmente pacífica, em consonância com a governança de tipo self-government vigente nas suas colônias (COOPER, 2016). A resistência à descolonização revelou-se muito maior no caso da França e de Portugal. Na Conferência de Brazzaville (1944), o presidente de Gaulle excluiu uma emancipação das colônias africanas. Senegal (1944), Madagascar (1947) e Camarões (anos 1950) foram, então, palcos de massacres perpetrados pelas forças francesas. No entanto, a crescente resistência ao

colonialismo estimulou Paris a preparar as independências de modo a preservar seus interesses econômicos e geopolíticos. Apesar da violência da repressão em diversos países, a França sempre defendeu a tese de uma descolonização planejada e pacífica (M'BEMBE, 2019; MONIÉ, GUAMBE, 2023). Mas foi no Império Português que a descolonização desembocou nos conflitos mais violentos. O regime fascista de Antônio Salazar lutou incansavelmente contra a emancipação nacional de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, onde as guerras de libertação, que contribuíram para o esfacelamento do governo português, se prorrogaram até 1975.

O ciclo das guerras civis pós-coloniais

Na África subsaariana recém-emancipada da tutela colonial, a conflitualidade armada adquiriu novos contornos. No período 1970-1990, fatores exógenos contribuíram para a ocorrência de golpes militares, guerras civis, conflitos separatistas e para a instabilidade geopolítica. Durante a Guerra Fria, o bloco ocidental apoiava ditaduras, como o Zaire governado por Mobutu Sesse Seko, em nome de contenção do expansionismo soviético, enquanto a URSS consolidava sua influência, amparando governos “revolucionários” (Angola, Moçambique, Somália, Etiópia, Mali etc.) (VISENTINI, 2012). A rivalidade entre os dois blocos provocou, ou foi o motor, de conflitos armados de substituição, alguns longos e sangrentos como na Angola e em Moçambique (N'DIMINA-MOUGALA, 2007). Por sua parte, a África Austral era profundamente desestabilizada pela oposição entre a África do Sul, onde vigorava o regime do apartheid (1947-1990), e países vizinhos que formavam uma linha de frente apoiando a luta do Congresso Nacional Africano (ANC). Enfim, as ingerências externas foram, também, determinantes em conflitos separatistas que eclodiram em regiões ricas em recursos naturais, como o Katanga no Zaire (1960-1965) ou o Delta do Níger na Nigéria (1967-1970). No mesmo período, a França recorreu a operações militares e ao sistema de influência política e geopolítica FranceAfrique para garantir a estabilidade dos governos aliados ou, ao contrário, promover golpes de Estado quando e onde seus interesses econômicos ou geoestratégicos estivessem ameaçados.

Os fatores exógenos participam, então, da conflitualidade segundo uma lógica centro/periferia que lhe confere uma dimensão vertical no bojo de um sistema internacional cujos atores hegemônicos desestabilizam diversas regiões do mundo para defender seus interesses. Porém, o surgimento e/ou a perpetuação de conflitos armados foram também associados a dinâmicas endógenas. Lutas para o acesso ao poder político e a apropriação da renda das exportações de recursos naturais, crises sociais e econômicas, rivalidades de cunho religioso ou etnocultural, foram, assim, responsáveis pela violência política em alguns países e regiões durante o período 1970-1990. Precisamos, da mesma maneira, destacar que, em escala nacional, alguns atores instrumentalizaram as oposições ideológicas globais entre as superpotências

para se beneficiar de parcerias civis e militares, contribuindo para a militarização da geopolítica continental (MONIÉ, GUAMBE, 2023).

Após as independências, o Estado foi, então, um ator central da conflitualidade. Reinvidicações territoriais provocaram guerras entre a Etiópia e a Somália (1977/1978), Uganda e Tanzânia (1978/1979), Mali e Burkina Faso (1985) mas, também, entre governos nacionais e movimentos separatistas no Zaire (Katanga), na Nigéria (Biafra), no Sudão (províncias meridionais), no Senegal (Casamansa), na Angola (Cabinda) e na Etiópia (regiões setentrionais) (GAZIBO, 2010). A soberania dos Estados era também ameaçada por grupos rebeldes no Leste da República do Congo (ex-Zaire) e sobretudo na Angola e em Moçambique, que mergulharam em guerras civis duradouras alimentadas pela política de desestabilização regional da África do Sul e da Rodésia do Sul, após a independência das colônias portuguesas.

A defesa da soberania política e da integridade do território nacional mobilizava os governos de países recém-emancipados da tutela colonial que lutavam para construir Estados-nação. Por sua parte, movimentos secessionistas os enfrentavam em busca do controle territorial sobre regiões periféricas cuja identidade era oprimida por autoridades nacionais assimilacionistas. Alguns grupos rebeldes se beneficiavam do apoio de corporações multinacionais (mineração, hidrocarbonetos), de governos de países vizinhos ou potências estrangeiras ao continente (BASSEY, 2015). A defesa e o exercício hegemônico do poder sobre um território e um povo constituíam, portanto, um elemento central de uma conflitualidade armada cujos atores legitimavam sua ação mediante uma retórica que expunha seus objetivos e reivindicações. Esses atores pretendiam perpetuar, ou estabelecer, uma ordem sociopolítica recorrendo à violência armada, segundo uma linha de tempo em quatro etapas: escalada, apogeu, decréscimo da violência e saída do conflito (CALAS, 2011). Territorialidades, escalas, temporalidades e reivindicações dos atores da conflitualidade armada convencional eram, assim, claramente delimitadas e inseridas num sentimento internacional estruturado por interações verticais entre um centro hegemônico e periferias subordinadas.

O ciclo da conflitualidade pós-guerra fria (1990-2000)

Na década de 1990, assistimos a um decréscimo da conflitualidade armada no mundo e, ao contrário, a uma multiplicação dos conflitos na África subsaariana, apesar de uma conjuntura geopolítica global e regional *a priori* mais favorável à paz (fim da Guerra Fria, do *apartheid* e de guerras civis, transição democrática em alguns países etc.). Na Etiópia, no Sudão, na Nigéria e no Senegal, movimentos separatistas permaneciam ativos. Em 1993, os rebeldes eritreanos obtiveram a independência do território reivindicado, colocando pela primeira vez em xeque a resolução de intangibilidade das fronteiras herdadas da era colonial adotada pela Organização da União Africana (OUA) em 1963 (VISENTINI; TEIXEIRA RIBEIRO; PEREIRA, 2014). Da mesma forma,

as guerrilhas consolidavam seu protagonismo, em particular no leste da República do Congo, onde atuam dezenas de grupos armados desde a década de 1960.

No entanto, observamos, também, formas de conflitualidades cujas dimensões espaciais, temporais e operacionais são inéditas. Na África Ocidental, guerras civis eclodiram na Libéria (1989–2003), em Serra Leoa (1991–2003) e na Costa do Marfim (2002–2007; 2010–2011). Nos dois primeiros países, os conflitos foram atribuídos à exacerbação de rivalidades étnicas por “senhores da guerra” cobiçando a renda da extração e do contrabando de diamantes. As demais variáveis econômicas, políticas e sociais que, também, contribuíram para o acirramento das tensões eram globalmente ignoradas (GAZIBO, 2010). Em 1994, o genocídio dos tutsis por grupos radicais hutus e parte da população de Ruanda, foi também exclusivamente atribuído a uma rivalidade étnica histórica na região dos Grandes Lagos, onde a diversidade etnocultural foi de fato instrumentalizada pelas autoridades coloniais e pós-coloniais (MWEYANG AAPENGNUO, 2010). No entanto, o projeto de extermínio de uma população não pode ser extraído de seu contexto nacional e regional, pois fatores conjunturais (sociais, econômicos, ambientais, políticos etc.) e estruturais (protagonismo de países vizinhos e potências mundiais, características da inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), desigualdades socioespaciais, rivalidades entre categorias profissionais, demografia, uso do solo etc.) contribuíram também para a degradação do cenário político e geopolítico (GAUD, 2004). Apesar de ser historicamente recorrente, o recurso ao identitarismo étnico como causa única da conflitualidade armada na Libéria, em Serra Leoa ou em Ruanda tem evidentes limitações empíricas, analíticas e teóricas (MARCHAL, 2004).

Mamoudou Gazibo (2010) destaca outra dinâmica central da conflitualidade armada durante a década de 1990: a difusão espacial transfronteiriça das operações militares. A tendência à internacionalização da guerra foi nítida na África Ocidental, com o alastramento do conflito da Libéria para Serra Leoa e, finalmente, para a Costa do Marfim (MARCHAL, ERO, FERME, 2002). Na África Central, a circulação de beligerantes em escala regional, os movimentos maciços de população civil, a precariedade do controle do Estado central sobre as margens territoriais, a porosidade das fronteiras, o isolamento geográfico das regiões periféricas, as consequências humanas desastrosas do genocídio dos tutsis ruandeses, a instabilidade política interna em diversos países etc. desestabilizavam a região, mais especificamente o leste da República Democrática do Congo (RDC), palco de duas “guerras mundiais africanas” (1996–1997 e 1998–2002) que ceifaram mais de cinco milhões de vidas humanas, transformaram o estupro coletivo em arma de guerra, mutilaram centenas de milhares de pessoas, devastaram as infra estruturas sociais e econômicas, degradaram o meio ambiente e envolveram países como Ruanda, Uganda, Burundi, Angola, Namíbia, Zimbábue, Chade, além de dezenas de grupos insurgentes e redes transnacionais de contrabando de pedras preciosas (SILVA, 2006). O processo de internacionalização dos conflitos foi também observado nos confins do Darfur sudanês, no sudeste do Chade e norte da República

Centro-Africana, onde surgiram bolsões transnacionais de instabilidade geopolítica que abrigam até hoje movimentos armados, mercenários estrangeiros saqueando recursos minerais, deslocados, refugiados etc. (MARCHAL, 2004; GAZIBO, 2010).

As atrocidades cometidas por todos os beligerantes dos conflitos contribuíram para consolidar a imagem de uma humanidade africana irracional, “naturalmente violenta”, propensa a cometer barbaridades, perpetuando representações presentes na *biblioteca colonial* (MUNDINBE, 1988; KI-ZERBO, 2006). Por sua parte, a análise da conflitualidade se limitou, com frequência, a interpretações unidimensionais que ressaltavam o papel da etnicidade, da religião ou da cobiça por recursos naturais como fatores explicativos únicos da violência política (MONIÉ, GUAMBE, 2023).

Quadro 1 – Características gerais dos três ciclos de conflitos convencionais na África subsaariana

	Objetivos	Atores	Território de referência	Escala de referência
Guerras de libertação nacional	Emancipação nacional	Movimentos de libertação	Nacional	Nacional
Conflitos secessionistas	Independência/ autonomia	Grupos secessionistas	Região (do território nacional)	Regional
Guerrilhas	Tomada do poder	Movimentos políticos armados	Nacional	Nacional
Pontos comuns	Definidos e proclamados	Influência de atores externos	Território-Zona	Claramente delimitada

Fonte: Monié e Guambe (2023).

O SAHEL CENTRAL DESDE OS ANOS 2010: UM NOVO CICLO DE CONFLITUALIDADE?

No início do século XXI, mesmo se persistem focos de conflitualidade em alguns países (leste da RDC, RCA, Sudão, Somália etc.), observamos um decréscimo da violência política de grande magnitude na África subsaariana (GAZIBO, 2010). O “super ciclo das *commodities*” do período 2002–2014 conecta de forma mais intensa o continente africano às redes do comércio mundial. Países “do Sul”, com destaque para a China, investem maciçamente na construção e na operação de infraestruturas técnicas, na mineração, na cadeia óleo e gás, nas telecomunicações, nos setores financeiro e imobiliário etc. Após a “década perdida”, a África é apresentada como a mais promissora nova fronteira do capitalismo global. No entanto, a dependência em relação às exportações de produtos primários, ou pouco processados, perpetua as modalidades de inserção subordinada da região na Divisão Internacional do Trabalho (SAAR, 2019).

Por sua parte, a imposição de modelos prontos de democratização da vida política e de boa governança administrativa por atores externos na década de 1990 revelou-

se um fracasso sociopolítico. Estados predadores, governos autoritários e corruptos, gerontocracias desconectadas das novas realidades sociais ilustram uma estagnação da vida política geradora de tensões crescentes (IDRISSA, 2023; M'BEMBE, 2023). A região mais exposta a exacerbação dessas tensões é a faixa saheliana, que eleições fraudadas, golpes militares, repressão das oposições, separatismos, terrorismo de matriz jihadista, multiplicação das milícias comunitárias transformam num arco de crises e de instabilidade geopolítica.

Desde as independências, os Estados perderam progressivamente sua capacidade de controlar suas margens territoriais. A porosidade das fronteiras facilita a circulação de insurgentes entre o Saara argelino, a Líbia e o norte do Mali. Paralelamente, o tráfico de armas, bens contrabandeados e drogas aumenta a insegurança nas regiões fronteiriças. A pobreza multidimensional e a insegurança alimentar, a precariedade dos equipamentos e serviços coletivos, as mudanças climáticas, a ausência de políticas estatais nacionais e locais coerentes com as demandas da população e as interferências desestabilizadoras de atores externos desenharam os contornos de um cenário geopolítico cuja compreensão exige o recurso a novas abordagens, categorias analíticas e metodologias de pesquisa.

A emergência e a consolidação de um sistema de crises no Sahel Central

Conforme ressaltado anteriormente, a conflitualidade armada não pode ser analisada de maneira descontextualizada, determinista, unidimensional e monoescalar. As causas e manifestações da violência sociopolítica e dos conflitos armados são múltiplas, complexas, entrelaçadas e evolutivas. Para superar as limitações das análises em termos de causa/efeito, consideramos que uma abordagem sistêmica valorizando as interações dinâmicas entre variáveis de diferentes ordens que se articulam em diversas escalas geográficas e temporais oferece perspectivas relevantes de compreensão da conflitualidade (BAVOUX, 2010).

Desde o início da década de 2010, o risco geopolítico cresceu significativamente no Sahel Central em consequência do agravamento de crises que aumentam o grau de vulnerabilidade das populações. A região, caracterizada por um baixíssimo nível de desenvolvimento humano, elevadas desigualdades socioespaciais, uma dependência em relação à “ajuda” externa, condições climáticas estruturalmente desfavoráveis ao desenvolvimento rural, rivalidades intercomunitárias aguçadas pela colonização, uma malha de equipamentos e serviços coletivos pouco densa e pelo caráter predador de Estados neopatrimoniais é, portanto, propensa ao surgimento e à exacerbação de tensões entre uma pluralidade de atores (IDRISSA, 2021; MONIÉ, GUAMBE, 2023).

O entrelaçamento dessas variáveis forma um sistema de crises que definimos como um conjunto de fatores sociais, econômicos, ambientais, políticos, geopolíticos,

etnoculturais e territoriais que se entrelaçam de maneira complexa e dinâmica no tempo e no espaço. A natureza, a densidade e a intensidade das interações e retroações entre os subsistemas variam em função dos contextos regionais e determinam o grau de equilíbrio ou, ao contrário, de desequilíbrio que garante uma relativa estabilidade do sistema ou provocam, ao contrário, pontos de ruptura que elevam o grau de vulnerabilidade das populações. A escala geográfica do sistema de crises não é predefinida. Ela é determinada pela espacialidade das interações entre os subsistemas.

Figura 1 – Representação sintética do sistema de crises do Sahel Central



Fonte: Elaboração de Monié e Guambe (2023).

Uma abordagem sistêmica permite conectar e solidarizar qualquer subsistema aos demais para construir uma análise ou compreensão do conjunto interdependente de fatores de crises. Nos países da África subsaariana, a “crise do Estado” foi uma das causas do surgimento de sistemas de crises na década de 1990. Se na segunda metade do século XX, a capacidade de coerção e governança do Estado forte e ditatorial era, em grande parte, tributária do apoio das grandes potências, o fim da ordem bipolar e a imposição da agenda neoliberal aos governos africanos contribuíram para a deliquescência desse mesmo Estado na década seguinte. Privados de recursos, os regimes políticos preservam as redes clientelistas estratégicas para garantir sua perpetuação (BAYART, 2000), mas se revelam incapazes de assumir suas atribuições em termos de saúde, educação, desenvolvimento econômico, planejamento territorial e segurança (TSHIYEMBE, 2014). Posteriormente, o crescimento econômico, o aumento das receitas das exportações e orçamentárias e a emergência de uma classe média urbana permitiram mitigar os impactos da crise do Estado e pacificar alguns países ou regiões em guerra.

A trajetória da região central do Sahel apresenta, por sua parte, algumas especificidades em relação ao resto do continente. Em primeiro lugar, observamos uma perpetuação do neocolonialismo francês em toda a África Ocidental “francófona” que mantém a dependência política e geopolítica das elites nacionais em relação a Paris (M’BEMBE,

2023). Em segundo lugar, Mali, Burkina Faso e Níger se beneficiaram pouco do superciclo das commodities da década de 2000 e do aumento dos investimentos diretos externos dos países “emergentes” no continente. Em terceiro lugar, a vulnerabilidade das populações aos efeitos das mudanças climáticas aumenta gradualmente.

Ou seja, observa-se o agravamento de crises estruturais que, combinado a fatores conjunturais, gera um ambiente favorável à degradação da qualidade de vida e ao acirramento das tensões locais na região mais pobre da África subsaariana. Nesse cenário, a capacidade de investimento dos governos é limitada pela estagnação ou diminuição das receitas orçamentárias. As condições de acesso da população aos serviços de uso coletivo se degradam, e a manutenção das infraestruturas sociais e técnicas não é mais garantida.

A crise do Estado é inter-relacionada à crise ambiental na medida em que as políticas estatais de mitigação dos impactos locais das mudanças climáticas globais sobre o meio ambiente sofrem também da falta de recursos financeiros e operacionais (MOHAMMED, 2019). A crescente irregularidade das precipitações e a multiplicação das ondas de calor acentuam a frequência de secas, o processo de desertificação, a maior intensidade das dinâmicas erosivas e a perda de fertilidade dos solos em algumas áreas (MONIÉ, 2022). A queda dos rendimentos agrícolas e pecuários combinada ao ritmo de crescimento demográfico muito rápido e à insegurança alimentar nos espaços rurais exacerbam a concorrência para o uso de pastos menos degradados e terras mais férteis em região de grande precariedade fundiária.

Imagem 1 – Contiguidade espacial das zonas agrícolas e de pasto na Nigéria



Fonte: Brottem (2021).

A estabilidade política é cada vez mais comprometida pelo acirramento e a articulação das diversas crises. No Sahel Central, onde o Estado pós-colonial nunca controlou plenamente o território nacional, as desigualdades espaciais beneficiam tradicionalmente a capital e alguns centros comerciais do interior. A partir da década de 2010, a crise do Estado limita ainda mais sua capacidade de regulação territorial nas regiões periféricas e de controle das fronteiras (LUTUMBUE, 2014; NIANG,

2018). Nessas áreas rurais e nas cidades de menor porte, o sentimento de abandono pelo Estado e frustrações sociais aumentam entre os segmentos mais jovens das populações dos três países. Nos grandes centros urbanos, menos afetados pelas crises e a instabilidade geopolítica, a geração da década perdida de 1990 contesta a “descolonização incompleta” (M’BEMBE, 2019), as formas tradicionais de dominação sociopolítica pelas elites, a incapacidade dos governos de atender às suas demandas e enfrentar os desafios postos pelos sistemas de crises num contexto de crescente insegurança. A rejeição radical do “sistema” ocorre de forma pacífica dentro do universo associativo, de partidos políticos e, por vezes, de forma violenta na ocasião de golpes de Estado apoiados pela juventude urbana (ANTIL, 2022; IDRISSE, 2023).

FORMAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONFLITOS

O sistema de conflitos como ponto de partida...

A partir da década de 2010, a ineficiência dos governos de Mali, Burkina Faso e Níger diante das vulnerabilidades das populações e do acirramento das tensões nos espaços rurais suscita, então, cada vez mais frustração popular, aumentando o risco de conflitualidade. O sistema regional de crises do Sahel Central gera um ambiente de insegurança de onde surgem grupos insurgentes que se mobilizam em escala local, formando progressivamente sistemas de conflitos. As definições do espaço conflitual por Bavoux (2010) e do sistema de conflitos por Diallo (2008) apresentam diversas convergências e possibilidades de interpretação das insurgências armadas no nosso recorte espacial.

Segundo Bavoux (2010, p. 103), o espaço do conflito

[...] associa, em primeiro lugar, um número imenso de constituintes, cuja diversidade é infinita; esses componentes são ligados por uma multiplicidade de interações, trocas materiais, cujas relações de causalidade são raramente lineares e unívocas, que intervêm em todos os níveis espaciais e se desenrolam segundo ritmos muito variados [...]; enfim as dinâmicas espaciais parecem com frequência imprevisíveis obrigando o Geógrafo a considerar o aleatório, os eventos brutais assim como as transformações imperceptíveis de longa duração.

No Sahel Central emergem e se consolidam sistemas de conflitos que o pesquisador senegalês Massaër Diallo (2008, p. 1) define como:

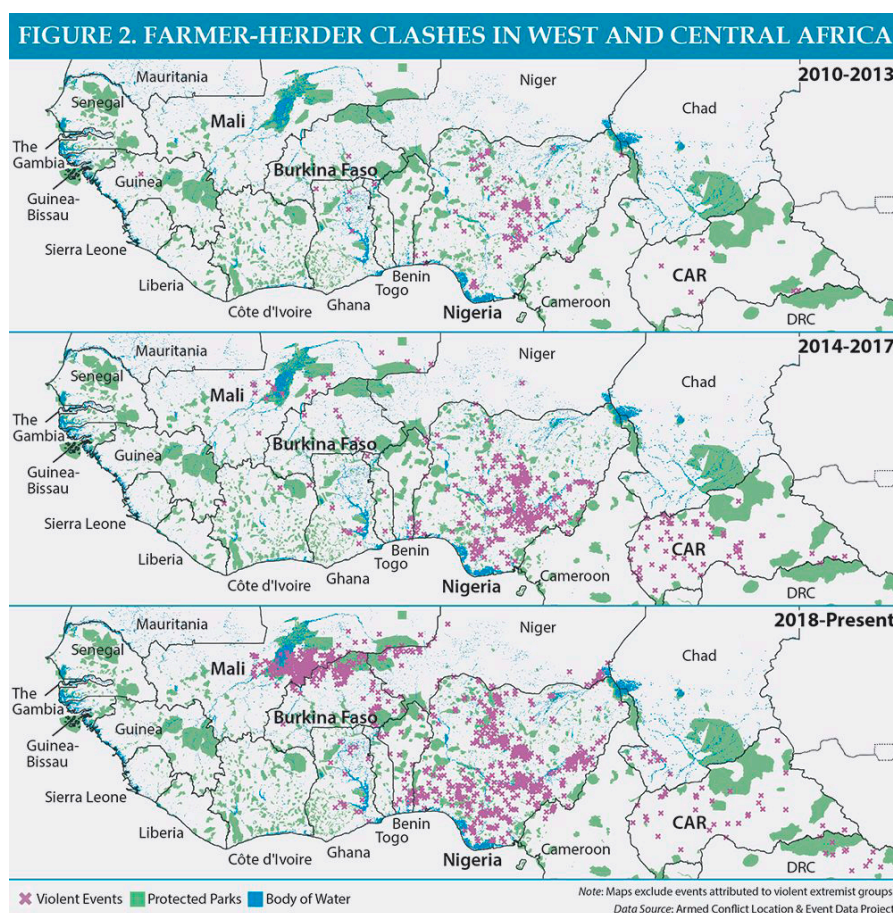
complexos conflituais constituídos por um conjunto de conflitos de territorialidades diferentes, de envergadura e de intensidade variáveis, de formas e de causa imediatas diferentes, mas relacionados entre eles na duração, que se retroalimentam e acabam articulando-se [...] sob o efeito das evoluções, das dinâmicas provocadas pela crise e/ou da ação deliberada de atores [...] cujos interesses convergem ou são comuns.

As duas definições enfatizam as inter-relações complexas entre inúmeros atores cujas práticas operacionais e espaciais desenham os contornos de uma nova conflitualidade que transforma o cenário geopolítico do Sahel Central.

Os atores da nova conflitualidade armada no Sahel Central

A identificação dos atores e a compreensão de suas formas de inserção no sistema de conflitos são dificultadas pela multiplicidade dos grupos insurgentes armados que se interrelacionam de maneira muito dinâmica e cujos objetivos e estratégias não são sempre decifráveis. Em primeiro lugar, vale, por exemplo, ressaltar que a crise climática global exacerba a rivalidade local entre agricultores e pastores. Ambos reivindicam um acesso a recursos cada vez mais escassos, como terra fértil, pastos e água, indispensáveis à sua soberania alimentar e à sua sobrevivência em períodos de seca (MONIÉ, 2022; LUTUMBUE, 2014). Na ausência de regulação dos conflitos locais pelo Estado, esses atores sociais criam mecanismos e táticas de defesa de seus interesses, recorrendo com cada vez mais frequência à ação violenta (AJALA, 2018; BROTTM, 2021) (Figura 2).

Figura 2 – Atos de violência entre agricultores e pecuaristas na África Ocidental entre 2010 e 2013; 2014 e 2017; 2018 e 2021



Fonte: Brottem (2021).

A Figura 2 ilustra a multiplicação dos casos de violência entre agricultores e pecuaristas e a formação de manchas conflituais em regiões periféricas do Mali, de Burkina Faso e do Níger. Além da perda de dezenas de milhares de vidas humanas, da desorganização de circuitos econômicos, das migrações forçadas, da degradação do meio-ambiente, a violência acirra as tensões, preexistentes no território, entre comunidades e/ou grupos etnoculturais. A instrumentalização das rivalidades dificulta o diálogo intercomunitário e aumenta o grau de conflitualidade nos territórios disputados. Por considerar-se marginalizado, o povo fulani/peul formou, assim, grupos de autodefesa no Mali e em Burkina Faso. A defesa de territórios e recursos cobiçados por grupos rivais teria estimulado parcerias entre milícias fulanis e Al-Qaeda e o Estado Islâmico em áreas onde as forças armadas regulares são pouco presentes (HAIDARA, TOUNKARA, 2021). O recurso à violência e as alianças com jihadistas agravaram a representação negativa dos fulanis e ataçaram as tensões com outros povos, em particular com os bambaras e os dogons.

As inter-relações tecidas entre alguns grupos de autodefesa e fundamentalistas islâmicos ilustram, assim, a complexidade do processo de formação do sistema de conflitos. Produto do entrelaçamento de crises, frustrações sociais, sentimento de abandono, rejeição da autoridade do Estado, assimilado a um órgão exclusivamente repressor, e das tensões intercomunitárias, a revolta das populações oferece às células locais de “franquias” jihadistas mundiais a oportunidade de prosperar onde a soberania do Estado não se exerce mais sobre o povo e o território. Após atuar na mediação de litígios locais, esses grupos impõem regras religiosas e morais, e divulgam uma narrativa insurrecional para arregimentar jovens em focos da insurgência armada que oferecem renda, visibilidade e status social (PÉROUSE de MONTCLOS, 2022).

Os conflitos em curso não constituem o sintoma de uma conflitualidade importada, mas simbolizam a capacidade de atores do terrorismo internacional de se instalar em situações de crises, em pontos de ruptura e conflitos locais pré-existent (MONIÉ, GUAMBE, 2023). Assim como nas esferas da economia e da cultura, observamos no campo da conflitualidade uma articulação das escalas global e local que confere sua especificidade a cada sistema de conflitos.

A presença local de grupos jihadistas globais deve, também, ser analisada em escala macrorregional. Os desdobramentos da guerra civil argelina da década de 1990 desestabilizaram a chamada zona Saara-Sahel, sob o efeito da migração de grupos jihadistas filiados à Al-Qaeda para o norte do Mali, onde sua instalação foi facilitada pelas relações pré-existentes com contrabandistas locais, pela porosidade das fronteiras, pela precariedade do controle estatal sobre o território e pela relativa indiferença do governo de Bamako. A expansão do jihadismo armado na faixa saheliana ilustra, assim, a estratégia adotada por Al-Qaeda de multiplicar células ativas enraizadas na realidade local, em detrimento da prática do terrorismo internacional

em escala global. No início da década de 2010, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) usa, assim, as bases locais para realizar sequestros e atentados em diversos países do Sahel. Por sua parte, o Estado Islâmico transforma gradualmente o continente africano em nova fronteira de ação após o esfacelamento de seu califado no Oriente Médio (SILVA, 2017). O Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (Mujao) e Ansar Dine, grupo fundamentalista formado por um líder tuaregue, completam o cenário da conflitualidade jihadista, que inclui também movimentos de menor porte.

Ainda em escala macrorregional, a Primavera Árabe e a expedição militar de países ocidentais que derrubou o presidente Mouammar Khadafi (2011) fragmentaram o território nacional da Líbia, que passou a ser dominada por grupos afiliados a potências estrangeiras, milícias e grupos islamistas. Essa instabilidade provocou o retorno para o Mali de tuaregues que receberam treinamento militar na Líbia e um forte aumento da circulação de armas de fogo em direção ao Sahel Central (SILVA, 2017). A potência bélica dos grupos rebeldes tuaregues foi fortalecida por esse afluxo de armamento e militantes treinados, que beneficiou em particular o Movimento Nacional para a Libertação do Azawad (MNLA). Mesmo se elas oscilam no tempo, as reivindicações do MNLA remetem, em linhas gerais, aos objetivos dos conflitos separatistas do século XX. No entanto, as alianças ou parcerias com grupos jihadistas, ditadas por interesses táticos pontuais, sinalizam a complexidade do sistema de conflitos em construção.

Em janeiro de 2012, jihadistas e separatistas tuaregues foram os protagonistas da Guerra do Mali, que se encerrou após a intervenção das forças francesas no âmbito da Operação Serval (2013–2014). Num contexto de desavenças crescentes entre os diversos grupos insurgentes, começou então, segundo uma lógica anteriormente observada no Iraque, uma guerra assimétrica que se perpetua até hoje a despeito da magnitude da “guerra ao terror”. O clima de insegurança generalizada fez surgir novos atores, em particular milícias de autodefesa, que contribuem para a multiplicação de microssoberanias territoriais.

TERRITORIALIDADES, TEMPORALIDADES E REGIONALIZAÇÃO DA CONFLITUALIDADE SAHELIANA

Além da proliferação e da diversidade dos beligerantes, as inter-relações entre os atores, as práticas espaciais dos insurgentes, a descontinuidade temporal de suas operações e a regionalização transnacional de suas escalas de ação ilustram a consolidação do sistema de conflitos a partir dos meados da década de 2010.

Lembramos que, no caso dos conflitos convencionais, o espaço é cobiçado, ou defendido, por atores (movimentos de libertação, guerrilhas, grupos separatistas, Estados etc.) cujos objetivos, estratégias e táticas operacionais são, na maioria dos casos, definidos e decifráveis. O palco das ações bélicas tem uma dimensão zonal cuja

superfície evolui em função das relações de força, pois os ganhos territoriais constituem um objetivo recorrente para os beligerantes. No entanto, no bojo dos sistemas de conflitos, a dimensão espacial da conflitualidade evolui num sentido complexo e desterritorializado na ausência de espaços de ação geograficamente delimitados. Os insurgentes dispõem de espaços-refúgio que, considerando seus atributos físicos e/ou seu isolamento, são relativamente protegidos da repressão das forças armadas e de incursões de grupos inimigos. A partir dessas bases, organizam suas operações, cuja natureza e localização mudam constantemente. Uma vez perpetrados o atentado, o sequestro, o roubo de gado ou de bens agrícolas, a extorsão da população, a arrecadação de taxas diversas etc., eles se retiram para seu espaço-refúgio (GORÉE INSTITUTE, 2012). O espaço da conflitualidade é, portanto, fluido e descontínuo. Sua métrica é menos zonal e piramidal do que reticular e horizontal.

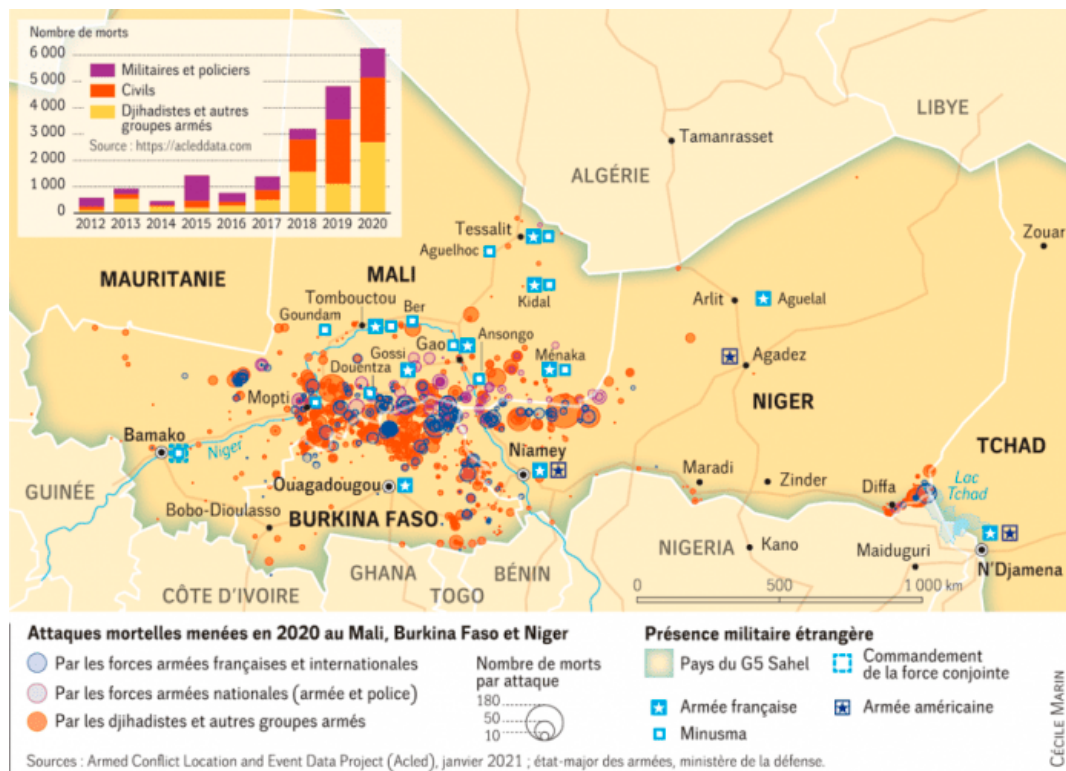
Da mesma maneira, a linearidade temporal da guerra convencional é contestada pela descontinuidade da conflitualidade no tempo. A sequência tradicional – declaração de guerra, operações militares numa linha de frente e decréscimo da violência, até um acordo de paz ou armistício – perde sua validade. Segundo Bertrand Badie (2012), na ausência de reivindicações precisas por parte dos beligerantes, a guerra, com todas as suas especificidades espaciais, temporais e operacionais, se instala na sociedade e no espaço sem perspectiva de resolução. Diante desses territórios-redes da conflitualidade assimétrica e mutável, sem campo de batalha nem linha de tempo, a “guerra ao terror” das forças armadas nacionais, das operações francesas (2013–2023) e africanas e das firmas russas de segurança privada não se revela adequada ao contexto do Sahel Central.

As estratégias de localização privilegiadas pelos insurgentes constituem a terceira característica maior dos conflitos em curso no Mali, em Burkina Faso e no Níger. Se as milícias comunitárias privilegiam em geral a defesa de seu território, ou de uma rota de transumância, jihadistas e povos primeiros (tuaregues, toubous) se instalam prioritariamente em áreas contíguas aos limites fronteiriços inseridas em redes comerciais, legais e ilegais, particularmente dinâmicas e que permitem refugiar-se no território do país vizinho quando necessário (GNANGUËNON, 2013).

Progressivamente, a intensificação das circulações e dos negócios além das fronteiras nacionais que financiam o esforço de guerra, provoca uma difusão transnacional do conflito. Não se trata mais da nomadização da conflitualidade de um território nacional para outro observada na década de 1990 (GAZIBO, 2010), e sim da formação de bolsões regionais de conflitualidade, onde os insurgentes dominam, ou extorquem, as redes de circulação de pessoas e de bens (DIALLO, 2008). A bacia do Lago Chade e a tríplice fronteira Mali/Burkina Faso/Níger, mas também regiões setentrionais de países do Golfo da Guiné (Benin, Togo, Gana, Costa do Marfim), são cada vez sujeitas à violência política perpetrada por grupos jihadistas instalados no Sahel Central. Ou seja, podemos afirmar que estamos diante da transição da lógica de internacionalização

de um conflito para uma lógica de regionalização reticular e horizontal, dentro dos limites fluidos de uma estrutura espacial periférica.

Mapa 2 – Sistema regional de conflitos transfronteiriço no Sahel.
Número de mortos 2012–2020 (por ano)



Fonte: Marin (2021).

Produtos de sistemas regionais de crises e de demandas não atendidas de populações em situação de vulnerabilidade, os sistemas regionais de conflitos podem ser, portanto, definidos como sistemas conflituais assimétricos, abertos e dinâmicos, cujos múltiplos beligerantes, locais e estrangeiros, não definem agenda conflitual e cujas alianças e parcerias são particularmente mutáveis. A resolução dos conflitos é dificultada pela ausência de linhas de tempo e pela característica reticular e horizontal de sua espacialização, que dificulta a repressão por parte de forças armadas que não controlam as regiões periféricas dos territórios nacionais. A ocorrência de situações de crises em países vizinhos, assim como a vitalidade das interações transfronteiriças humanas e materiais, facilita a regionalização transnacional do conflito armado. No bojo dessas regiões, as territorialidades fluidas dos insurgentes acabam se sobrepondo, se entrelaçando e se retroalimentando, mesmo quando seus interesses não convergem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Sahel Central, a conflitualidade armada se deslocou progressivamente do sul do Saara e do norte do Mali em direção aos espaços rurais e cidades pequenas dos

territórios malinense, burkinabe e, num grau menor, nigerino. Além do processo de difusão espacial, observamos, desde o início da década de 2010, uma transformação gradual da natureza dessa conflitualidade.

Na segunda metade do século XX, as guerras de libertação nacional já ilustraram os limites da potência política e geoestratégica convencional dos Estados diante da potência da energia social dos povos do Terceiro Mundo em luta por sua emancipação. Na África subsaariana pós-colonial, a agenda e a linha de tempo dos conflitos eram definidas pelos beligerantes. O *status quo* ou a independência nacional sancionariam o fim das hostilidades. O Estado, a ser combatido ou construído sobre as ruínas das instituições e dos sistemas normativos coloniais, era, então, o ator central da conflitualidade, cujos beligerantes eram inseridos num sistema internacional estruturado por duas lógicas: o enfrentamento de dois blocos pretendendo exercer a hegemonia sobre a humanidade e uma subordinação da periferia aos interesses dos dois polos da centralidade geopolítica mundial. Nas décadas seguintes, as “guerras de substituição” sinalizavam a transformação de alguns territórios africanos (Angola, Moçambique, Somália, Etiópia etc.) em espaços privilegiados para uma guerra fria que ceifou a vida de milhões de pessoas num continente onde o valor da vida humana era desprezado pelas grandes potências. Por sua parte, os movimentos separatistas reivindicavam maior autonomia político-administrativa ou a independência de determinada região, enfrentando Estados empenhados na construção da unidade da nação e a defesa do território nacional. Atores do centro do sistema internacional (potências mundiais, grandes corporações) participaram dessa dinâmica conflitual. Em todos os casos, a espacialidade e a temporalidade desenhavam os contornos de um cenário bélico facilmente decifrável¹.

A década de 1990 marca uma primeira bifurcação num contexto caracterizado pelo fim da ordem bipolar, pela tentativa dos Estados Unidos de estabelecer sua hegemonia no sistema internacional e pela marginalização da África subsaariana, que, após a Guerra Fria, perde sua renda geoestratégica e geopolítica. Por sua parte, os efeitos desastrosos da imposição da agenda neoliberal e de critérios de boa governança por agências internacionais acirram as tensões sociais e políticas entre atores que perdem parte ou totalidade do seu acesso às redes clientelistas do Estado neopatrimonial. A instrumentalização de rivalidades etnoculturais preexistentes contribui para transformar, para muitos, a etnicidade em causa e característica maior da conflitualidade deste período. Por outro lado, vários autores destacam um fenômeno de transbordo de conflitos armados para além das fronteiras, provocando a desestabilização de países contíguos ao foco inicial da guerra, fenômeno que afeta em particular a África Ocidental. No entanto, estamos, ao nosso ver, diante de uma dinâmica de internacionalização da guerra e não de regionalização dos conflitos

1 Com exceção do leste do Congo/Zaire, onde a multiplicidade dos atores em conflito desde a década de 1960 torna a conflitualidade regional pouco legível.

armados. As interações transnacionais entre grupos de beligerantes participam menos de projetos de tomada do poder estatal em cada país do que da formação de estruturas espaciais regionais onde insurgentes instalam seu domínio territorial.

A partir dos anos 2010, a conflitualidade evolui num sentido cada vez mais complexo, que requer o recurso a categorias analíticas adequadas a cada contexto regional, às características, às novas escalas espaciais e temporais dos conflitos armados. Dentro de um cenário global de desverticalização das relações internacionais que contribui para a desregulação do recurso à guerra para defender ou estabelecer novas relações de poder, o Sahel Central constitui um espaço privilegiado para a análise das novas conflitualidades africanas, levando em consideração suas causas, manifestações e impactos sobre os territórios e suas populações.

Defendemos, neste texto, que a conflitualidade saheliana se inscreve em ambientes onde as interações entre crises estruturais e conjunturais geram sistemas de crises que aumentam a(s) vulnerabilidade(s) das populações, com riscos que se multiplicam e se agravam. O sentimento de abandono e as frustrações entre jovens sem perspectivas claras de futuro acirram as tensões, em particular nas regiões periféricas do Mali, de Burkina Faso e do Níger, onde o Estado revela-se incapaz de atender às demandas da população. A situação de crise multidimensional e a marginalização de segmentos cada vez maiores da sociedade facilitam a instalação de células das franquias do terrorismo internacional, como Al-Qaeda e Estado Islâmico. Por seu lado, povos primeiros tradicionalmente segregados por regimes políticos assimilacionistas encontram nesse ambiente de crescente instabilidade motivações e recursos humanos e materiais para iniciar uma fase de luta em prol da independência do Azawad ou da instauração da *sharia*. Enfim, as milícias comunitárias são essencialmente o produto de tensões entre grupos profissionais que cobijam recursos das áreas semiáridas muito impactadas pelas mudanças climáticas globais.

Surge uma conflitualidade caracterizada pela proliferação e a diversidade de beligerantes que, apesar de uma retórica muito radical, não definem projetos e reivindicações. A abordagem sistêmica permite analisar os conflitos, destacando as inter-relações, muito dinâmicas, entre os insurgentes envolvidos e entre os grupos armados e a sociedade, assim como as descontinuidades espaciais e temporais num campo operacional extremamente fluido. Os grupos insurgentes atuando atualmente no Sahel Central se singularizam também pela transnacionalização de suas operações que forma regiões de conflitos transfronteiriças onde os insurgentes controlam redes de trocas e dispõem de espaços-refúgio que garantem sua perpetuação. A tomada da capital e do poder central não figura entre os objetivos dos insurgentes, cujas formas de integração no espaço físico e na sociedade dificultam a repressão por parte de forças armadas regulares, cujas exações exacerbam a rejeição do Estado e alimentam a gravidade da conflitualidade.

SOBRE O AUTOR

Frédéric Monié é geógrafo formado pela Universidade Toulouse Jean Jaurès (França) e doutor em Geografia pela Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor visitante da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, programa de Doutorado em Geografia da Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica) e Editor chefe da revista Boletim GeoÁfrica.

REFERÊNCIAS

1. AJALA, Olayinka. Why clashes are on the rise between farmers and herdsmen in the Sahel. *The Conversation*, 2 maio 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/why-clashes-are-on-the-rise-between-farmers-and-herdsmen-in-the-sahel-95554>. Acesso em: 17 ago. 2025.
2. ANTIL, Alain. Afrique, zone de conflits. *La documentation française*, [s. l.], n. 115, set./out. 2022.
3. BADIE, Bertrand. L'Amérique lucide réfléchit à un leadership de survie plutôt qu'à une hégémonie messianique. *Le Monde*, 2 nov. 2012.
4. BASSEY, Mnimmo. *Aprendendo com a África: a extração destrutiva e a crise climática*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
5. BAVOUX, Jean-Jacques. *Initiation à l'analyse spatiale*. Paris: Armand Colin, 2010.
6. BAYART, Jean François. *El estado en África: la política del vientre*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2000.
7. BROTTM, Leif. A crescente complexidade do conflito entre agricultores e pastores na África Ocidental e Central. *Relatório de Segurança da África*, n. 39, 2021. Disponível em: https://africacenter-org.translate.google/publication/growing-complexity-farmer-herder-conflict-west-central-africa/?__x_tr_sl=en&__x_tr_tl=pt&__x_tr_hl=pt&__x_tr_pto=wa. Acesso em: 17 ago. 2025.
8. CALAS, Bernard. Introduction à une géographie des conflits... en Afrique. *Les cahiers d'Outre-Mer*, [s. l.], n. 255, p. 295320, 2011.
9. COOPER, Frederick. *História da África: capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.
10. DIALLO, Massaër. *Systèmes de conflits en Afrique de l'Ouest*. Introduction à une problématique des systèmes de conflits, dans la perspective d'une politique régionale préventive. Conacry: Atelier de la CEDEAO sur les systèmes de conflits et l'évaluation des risques en Afrique de l'Ouest, 2008.
11. GAUD, Michel. L'Afrique entre décomposition et recomposition. *La Documentation Française, dossier Les Conflits en Afrique*, Paris, n. 5, p. 621, jan./fev. 2004.
12. GAZIBO, Mamoudou. *Introduction à la politique africaine*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2010.
13. GNANGUËNON, Amandine. The perpetuation of o system of conflicts in Darfur: caught between local violence and regional disorder. *UNISCI, Discussion Papers*, [s. l.], n. 33, p. 107122, 2013. Disponível em: <https://www.unisci.es/the-perpetuation-of-a-system-of-conflicts-in-darfur-caught-between-local-violence-and-regional-disorder/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
14. GORÉE INSTITUTE. *Systèmes de conflits et enjeux sécuritaires en Afrique de l'Ouest*. Dacar: Gorée Institute, 2012. Disponível em: <https://goreeinstitut.org/systeme-de-conflits-et-enjeux-securitaires-en-afrique-de-l-ouest-presentation/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
15. HAIDARA, Boubacar; TOUNKARA, Mamoutou K. Intercommunity conflicts in central Mali: genesis, and proposals for ending the crisis. In: ROUAMBA-OUEDRAOGO, Valérie (org.). *Security crisis in the G5 Sahel countries: understanding to act*. Paris: L'Harmattan, 2021. p. 121139.
16. IDRISSE, Rahmane. Mapping the Sahel. *New Left Review*, [s. l.], n. 132, nov./dec. 2021.
17. IDRISSE, Rahmane. Les stagnations trentenaires. *La Gazette Perpendiculaire*, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://rahmane.substack.com/p/les-stagnations-trentenaires>. Acesso em: 17 ago. 2025.
18. KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallias, 2006.
19. LUNTUMBUE, Michel. Comprendre la dynamique des conflits: une lecture synthétique des conflits en Afrique

- de l'Ouest. GRIP, 2014. Disponível em: <https://www.grip.org/comprendre-la-dynamique-des-conflits-une-lecture-synthetique-des-facteurs-de-conflits-en-afrique-de-louest/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
20. MARCHAL, Roland; ERO, Comfort; FERME Marianne. Liberia, Sierra Leone et Guinée: une guerre sans frontières?. *Politique africaine*, Paris, n. 88, p. 512, 2002.
 21. MARCHAL, Roland. Anatomie des guerres en Afrique. *La Documentation Française, Dossiers Les Conflits en Afrique*, Paris, n. 5, p. 2531, jan./fev. 2004.
 22. MARIN, Cécile. Mali's conflict draws in the whole region. Sahel: shifting enemies, enduring conflict. *Le Monde diplomatique*, 2021.
 23. MAZRUI, Ali A. *História geral da África. Volume 8: África desde 1935*. Brasília, DF: UNESCO, 2010.
 24. M'BEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
 25. M'BEMBE, Achille. África-Francia: nueve tesis sobre el final de un ciclo. *Le Grand Continent*, 4 set. 2023. Disponível em: <https://legrandcontinent.eu/es/2023/09/04/africa-francia-nueve-tesis-sobre-el-final-de-un-ciclo/>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 26. MOHAMMED, Abubakar. Climate change and international security in the Sahel. In: ALBERT, Isaac Olawale; LAWANSON, Taibat. *Urban crises and management in Africa*. Austin: Pan-African University Press, 2019. p. 657671.
 27. MONIÉ, Frédéric. Editorial: a África subsaariana frente às mudanças climáticas – perspectivas e desafios. *Boletim GeoÁfrica*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 615, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/bg/article/view/51599>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 28. MONIÉ, Frédéric; GUAMBE, José. África: os conflitos na África subsaariana: territórios, redes e escalas da conflitualidade no Sahel central. In: AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo. *Geografia política: base conceitual e diversidade temática*. Brasília, DF: Calendria, 2023. p. 368395. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376516549_AFRICA_OS_CONFLITOS_NA_AFRICA_SUBSAARIANA_TERRITORIOS_REDES_E_ESCALAS_DA_CONFLITUALIDADE_NO_SAHEL_CENTRAL.. Acesso em: 17 ago. 2025.
 29. MUNDEMBE, Jean-Yves. *The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge*. Bloomington Indiana: Indiana University Press, 1988.
 30. MWEYANG AAPENGNUO, Clément. Interpretação errônea dos conflitos étnicos em África. *Centro de Estudos Estratégicos da África*, Washington, n. 4, p. 17, 2010. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB04PT-Interpreta%C3%A7%C3%A3o-Err%C3%B3nea-dos-Conflitos-%C3%89tnicos-em-%C3%81frica.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 31. N'DIMINA-MOUGALA, Antoine-Denis. Les conflits africains au XXème siècle. Essai de typologie. *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, Paris, n. 225, p. 121131, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25733213>. Acesso em: 17 ago. 2025.
 32. NIANG, Amy. *Stateness and borderness in mediation: productions and contestations of space in the Sahel*. Leipzig: University of Halle, 2018. Working papers series, n. 26.
 33. PÉROUSE DE MONTCLOS, Marc-Antoine. Les états et la paysannerie de l'Afrique sahélienne au défi du djihad et du banditisme rural. *Questions internationales*, [s. l.], n. 115, p. 7883, 2022.
 34. SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: n-1 edições, 2019.
 35. SILVA, Vania Regina A. *Crise das rendas, Estado predador e conflitos na África Subsaariana: o caso da República Democrática do Congo*. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
 36. SILVA, Vivian S. da. O conflito tuaregue ao norte do Mali: a geopolítica da resistência no Sahel africano. *Revista TransVersos*, [s. l.], n. 10, p. 85101, ago. 2017.
 37. TSHIYEMBE, Mwayila. *O Estado pós-colonial: fator de insegurança em África*. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedago LDA, 2014.
 38. VISENTINI, F. Paulo. *As revoluções africanas Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: UNESP, 2012.
 39. VISENTINI, F. Paulo; TEIXEIRA RIBEIRO, Luiz D.; PEREIRA, Analúcia D. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Submissão em 25 de setembro de 2024.

Aceito em 10 de janeiro de 2025.